

JUCESP
19 12 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA ENERGIA S.A.

ENTRE

RENOVA ENERGIA S.A.
COMO EMISSORA,

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO.

DATADO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014



JUCESP
19 12 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RENOVA ENERGIA S.A., sociedade por ações com registro de emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04707-910, inscrita no Cadastrol Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.534.605/0001-74, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Renova Energia"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos debenturistas titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 2.1) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A.*" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas, termos e condições abaixo:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base nas deliberações aprovadas na reunião de seu Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2014 ("RCA Emissora"), nos termos do artigo 25, incisos "xiii", "xvi", "xx" e "xxvi" de seu estatuto social, sendo elas: (i) a aprovação da Emissão (conforme definida na Cláusula 2.1), bem como seus termos e condições, e da Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula 2.1), pela Emissora, para distribuição pública das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedade por Ações; e (ii) a aprovação da prestação das Garantias pela Emissora à Emissão (conforme definidas na Cláusula 4.1.8); (iii) a aprovação para realização, pela Emissora, do resgate antecipado facultativo total da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em até Nove Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A. emitida em 17 de setembro de 2012 ("2ª Emissão de Debêntures"), nos termos da Cláusula 4.2 da escritura de emissão da 2ª Emissão de Debêntures; (iv) a autorização expressa para que a Diretoria da Emissora pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à: (a) formalização, efetivação e administração das deliberações da reunião do Conselho de Administração da Emissora para a emissão das Debêntures e a prestação das Garantias, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão; e (b) formalização e



JUCESP
19 12 14

efetivação da contratação do Coordenador Líder (conforme definido na Cláusula 3.7.1), do assessor legal e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como escriturador mandatário, banco liquidante, CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações.

CLÁUSULA II **REQUISITOS**

2.1. A presente é a 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA RCA EMISSORA

2.1.1.1. A RCA Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA NA JUCESP

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Esta Escritura e seus eventuais Aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP, serão enviados tempestivamente pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.1.3. REGISTRO DOS CONTRATOS DE GARANTIA NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E AVERBAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES

2.1.3.1. Em virtude das Garantias prestadas pela Emissora nos termos dos Contratos de Garantia (conforme definido na Cláusula 4.1.8), os referidos Contratos de Garantia e seus respectivos eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.1.3.2. A alienação fiduciária das ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), de titularidade da Renova Energia, objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 4.1.8), deverá ser averbada, conforme disposto no artigo 40, inciso I, da Lei das Sociedade por Ações, no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Enerbrás e/ou nos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração da Enerbrás, conforme aplicável, devendo a Emissora apresentar ao Agente Fiduciário comprovação de tal averbação, evidenciando a alienação fiduciária criada, no prazo previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.



DUCESP
19 12 14

2.1.4. REGISTRO NA CVM

2.1.4.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.

2.1.5. REGISTRO NA ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A Oferta Restrita será registrada exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, tal registro está condicionado ao cumprimento da obrigação de expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até o encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

2.1.6. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.1.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.6.2. Não obstante o disposto acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.7.3) depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 de referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (ii) a produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental; (iv) comercialização de créditos de carbono; (v) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética; (vi) a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração; (vii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia; (viii) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células,



DUCEAP
19 12 14

painéis, módulos e inversores; (ix) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia; e (x) a participação no capital social de outras sociedades.

3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

3.2.1. A presente Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Montante Total da Emissão"), da Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.3).

3.4. NÚMERO DE SÉRIES

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.5.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, CEP 03084-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição escrituradora das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escrutador Mandatário").

3.6. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.6.1. Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados a realização, pela Emissora, do resgate antecipado facultativo total da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries da 2ª Emissão de Debêntures da Emissora, nos termos da Cláusula 4.2 da escritura de emissão da 2ª Emissão de Debêntures, e para o reforço de caixa da Emissora.

3.7. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos e condições estabelecidos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, da Renova Energia S.A.*" ("Contrato de Distribuição").

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder: (i) somente poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores



Handwritten signature and initials.

DUCESP
19 12 14

Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.7.3); e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.7.3. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item "iv" do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser objeto de registro perante a ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.1.5.1 desta Escritura; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; (iii) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Emissão; e (iv) efetuou sua própria análise sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

3.7.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").


3.7.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

4.1.1. Quantidade de Debêntures

4.1.1.1. Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.



JUCESP
19 12 14

4.1.2. Valor Nominal Unitário

4.1.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão das Debêntures (conforme definida na Cláusula 4.1.3) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.3. Data de Emissão

4.1.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento

4.1.4.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Cláusula 5.2.1), estabelecidas nas Cláusulas 6.1 e 5.2.1 desta Escritura, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.12.8) das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Cláusula 4.12.1.1) de que trata a Cláusula 4.12.1 desta Escritura, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização (conforme definida na Cláusula 4.1.10.1) ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definida na Cláusula 4.13.1), bem como de eventuais Encargos Moratórios (conforme definidos na Cláusula 4.1.17.1), conforme aplicável.

4.1.5. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.1.5.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados ou cautelas.

4.1.6. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.6.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, enquanto as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantias adicionais reais, conforme descritas na Cláusula 4.1.8 abaixo.

4.1.8. Garantias

4.1.8.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais ("Garantias"): (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbrás, de titularidade da Renova Energia, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras



JUL 2018
19 12 14

Avenças", a ser celebrado pela Renova Energia, pelo Agente Fiduciário e pela Enerbrás ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e de quaisquer recursos depositados na Conta Vinculada (conforme definida nos Contratos de Garantia), na qual serão depositados o: (a) fluxo de dividendos proveniente da Energética Serra da Prata S.A. ("Serra da Prata") distribuídos pela Enerbrás à Renova Energia; e (b) fluxo de dividendos proveniente das empresas Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica") e Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica") distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova") à Renova Energia, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Bens e Direitos e Outras Avenças", a ser celebrado pela Renova Energia, pelo Agente Fiduciário, pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário, pela Enerbrás e pela Nova Renova ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, "Contratos de Garantia").

4.1.8.2. Os Recursos Excedentes serão aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos, em favor dos Debenturistas. Para fins desta Cláusula e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, entende-se por "Recursos Excedentes", os recursos depositados na Conta Vinculada que ultrapassarem a soma do valor de uma parcela do principal mais uma parcela de juros.

4.1.9. Prazo de Subscrição

4.1.9. As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observados o Contrato de Distribuição e o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.1.10. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.1.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, no mercado primário, por seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"). As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.1.11. Amortização

4.1.11.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 07 (sete) parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2018 e o último correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), conforme tabela abaixo, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e Resgate Antecipado Facultativo Total, estabelecidos nas Cláusulas 6.1 e 5.2.1 desta Escritura, respectivamente.

PARCELA	VALOR	DATA DE AMORTIZAÇÃO
1ª	14,2900% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	15 de dezembro de 2018
2ª	14,2900% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	15 de dezembro de 2019
3ª	14,2900% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	15 de dezembro de 2020
4ª	14,2900% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	15 de dezembro de 2021
5ª	14,2900% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	15 de dezembro de 2022
6ª	14,2900% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	15 de dezembro de 2023
7ª	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou seja, 14,2600% do Valor Nominal Unitário das Debêntures.	15 de dezembro de 2024



Handwritten signature and initials.

JUCESP
19 12 14

4.1.12. Juros Remuneratórios

4.1.12.1. As Debêntures não serão objeto de atualização monetária. A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 123,45% (cento e vinte e três inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) da taxa média diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização das Debêntures (inclusive) ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive), conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.1.12.7), até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda nas hipóteses de Amortização Antecipada Facultativa Parcial (conforme definida na Cláusula 5.2.1) ou Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável) (“Juros Remuneratórios”), de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da Data de Integralização (inclusive) até a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e

p = 123,45 (vinte e três inteiros e quarenta e cinco centésimos);

9



JUL 2014
19 12 14

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

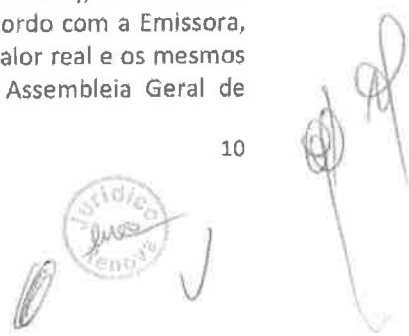
Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.1.12.2. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.1.12.3 a 4.1.12.6 abaixo quanto à definição do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.1.12.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9.1), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor na Data de Integralização. A Assembleia Geral de



JUCISP
19 12 14

Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.1.12.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures.

4.1.12.5. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definida na Cláusula 9.4.1), a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.1.12.6. Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta.

4.1.12.7. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia, inclusive, na Data de Integralização e termina, exclusive, na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente posterior, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou, inclusive, na última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina, exclusive, na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.1.12.8. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas na Cláusula 4.1.11.1 desta Escritura.

4.1.12.9. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento.



[Handwritten signature]

DUCEP
19 12 14

4.13.1. Pagamento da Remuneração

4.13.1.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015 e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"). Os pagamentos serão feitos de acordo com a tabela abaixo:

PARCELA	DATAS DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES
1ª	15 de junho de 2015
2ª	15 de dezembro de 2015
3ª	15 de junho de 2016
4ª	15 de dezembro de 2016
5ª	15 de junho de 2017
6ª	15 de dezembro de 2017
7ª	15 de junho de 2018
8ª	15 de dezembro de 2018
9ª	15 de junho de 2019
10ª	15 de dezembro de 2019
11ª	15 de junho de 2020
12ª	15 de dezembro de 2020
13ª	15 de junho de 2021
14ª	15 de dezembro de 2021
15ª	15 de junho de 2022
16ª	15 de dezembro de 2022
17ª	15 de junho de 2023
18ª	15 de dezembro de 2023
19ª	15 de junho de 2024
20ª	15 de dezembro de 2024

4.14.1. Repactuação

4.14.1.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.15.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.15.1.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.15.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

JUL 13 19 12 14

4.16.1. *Prorrogação dos Prazos*

4.16.1.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente serão prorrogados quando coincidirem com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.16.1.2 Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.1.17. *Encargos Moratórios*

4.1.17.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.1.18. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.18.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.17.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento dos Juros Remuneratórios ou na Data de Amortização ou do comunicado, conforme aplicável.

4.1.19. *Publicidade*

4.1.19.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e à CETIP, a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

Jurídico
Ass
Senador

Handwritten signature and stamp.

JUL 2014

CLÁUSULA V
AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA PARCIAL OU
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA

5.1.1. É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

5.1.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures. Quaisquer das hipóteses acima, deverão ser objeto de ato deliberativo da Emissora, nos termos de seu Estatuto Social.

5.2. AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA PARCIAL OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, somente a partir do 37º mês contado da Data de Emissão: (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável. A amortização antecipada facultativa parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso.

5.2.2. A Amortização Antecipada Facultativa Parcial e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e à CETIP com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ("Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total"). O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou nas demais hipóteses, por meio dos procedimentos adotados do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário.

5.2.3. O valor da amortização ou do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado ou resgatado acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate ou da efetiva amortização ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente), acrescido de um Prêmio (conforme definido na Cláusula 5.2.8).

Jurídico
Rebouças

JUL 2014
19 12 14

5.2.4. A Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Facultativa Antecipada Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; e (ii) o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e de um Prêmio, se for o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, na hipótese de Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.5. O pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial deverá ser realizado na data indicada na Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.6. No caso de Amortização Antecipada Facultativa Parcial, o Valor Nominal Unitário a ser amortizado nas datas da amortização e os Juros Remuneratórios a serem pagos proporcionalmente serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, na data do pagamento da respectiva amortização.

5.2.7. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.8. Sobre o valor a ser resgatado ou amortizado, será devido um prêmio, conforme descrito abaixo ("Prêmio"):

- (i) do início do 37º (trigésimo sétimo) mês até o final do 48º (quadragésimo oitavo) mês da Data de Emissão: 1,76% (um inteiro e setenta e seis centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (ii) do início do 49º (quadragésimo nono) mês até o final do 60º (sexagésimo) mês da Data de Emissão: 1,51% (um inteiro e cinquenta e um centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (iii) do início do 61º (sexagésimo primeiro) mês até o final do 72º (septuagésimo segundo) mês da Data de Emissão: 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (iv) do início do 73º (septuagésimo terceiro) mês até o final do 84º (octogésimo quarto) mês da Data de Emissão: 1,00% (um por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (v) do início do 85º (octogésimo quinto) mês até o final do 96º (nonagésimo sexto) mês da Data de Emissão: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (vi) do início do 97º (nonagésimo sétimo) mês até o final do 108º (centésimo oitavo) mês da Data de Emissão: 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e



- JUL 19 12 34
- (vii) do início do 109º (centésimo nono) mês até o final do 120º (centésimo vigésimo) mês da Data de Emissão: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado.

CLÁUSULA VI
HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):
- (a) inadimplemento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, nas respectivas datas de pagamento, não sanado no prazo de 01 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento;
 - (b) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (c) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou auto-falência da Emissora, independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou do pedido de auto-falência;
 - (d) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora não devidamente elidido no prazo legal;
 - (e) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;
 - (f) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (i) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto e desde que tal medida judicial não tenha sido indeferida ou julgada improcedente; (ii) que o protesto foi cancelado; (iii) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (iv) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
 - (g) inadimplemento pela Emissora e/ou suas controladas de qualquer decisão judicial ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) reajustados a cada período de

JUCESP
10 12 14

12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o equivalente em outras moedas;

- (h) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (i) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura provem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes, em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data na qual a Emissora receba comunicação da referida comprovação, conforme aplicável;
- (j) inadimplemento de obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de suas controladas cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo, não sanado ou não repactuado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (k) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, em 10 (dez) dias úteis;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (m) realização de redução de capital social sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal redução de capital for: (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) em decorrência do exercício do direito de recesso, dentro do prazo legal, por parte de acionistas minoritários numa eventual aquisição feita pela Emissora nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) vencimento antecipado de dívidas financeiras da Emissora e/ou de suas controladas, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo;
- (o) não cumprimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da Emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: Total de Dividendos recebidos pela Emissora / Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito



JUL 2014

dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos). Visando à adequação do nível de ICSD exigido, fica admitida a utilização do saldo de caixa acumulado na Emissora para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das Debêntures. Para fins deste item entende-se por: (i) Total de Dividendos, como: (x) o fluxo de dividendos depositados na Conta Vinculada; e (z) os Recursos Excedentes ao pagamento do ICSD aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos, em favor dos Debenturistas; e (ii) “Serviço da Dívida”, como a amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação do cumprimento do ICSD;

- (p) distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido desde que: (i) atingido ICSD; e (ii) a Emissora esteja adimplente quanto às obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (q) realização de novas dívidas pela Emissora, pela Enerbrás ou pela Nova Renova, bem como por todas as suas controladas ligadas direta ou indiretamente aos projetos ESPRA (PCH's) e LER 2009, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, ficando desde já admitida a contratação de empréstimo pela Emissora, até o montante de R\$150 milhões, sem garantias e com prazo de até um ano, com aplicação dos recursos exclusivamente no projeto denominado Alto Sertão III (conjunto de parques eólicos, localizados no Estado da Bahia, que venderam energia nos leilões de reserva de 2013, A-5 de 2012 e no mercado livre entre outros, cuja entrada em operação está prevista para 2015 e 2017);
- (r) concessão de garantias de qualquer espécie a terceiros, sem que antes as ofereça aos Debenturistas (*negative pledge*), com exceção de: (i) garantia fidejussória oferecida a controladoras, controladas e coligadas da Emissora; e (ii) garantias oferecidas a bancos de fomento que financiem os projetos vinculados às companhias controladas, relativos às unidades de energia;
- (s) realização de contratos de mútuo com as controladoras (em qualquer valor) e controladas diretas ou indiretas (acima do valor acumulado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (t) alterações societárias e venda de ativos da Enerbrás ou da Nova Renova, bem como de todas as controladas dessas, ligadas direta ou indiretamente aos Projetos ESPRA (PCH's) e LER 2009, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75%

JUCEPAR
19 12 14

(setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- (u) alienação e/ou alteração do atual controle direto ou indireto da Emissora, sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (v) não cumprimento, pela Emissora, da destinação de recursos da Emissão.

6.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados na Cláusula 6.1.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula IX desta Escritura. Caso os titulares das Debêntures decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas convocada para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures não seja instalada em primeira e nem em segunda convocação, conforme previsto na Cláusula 9.4 desta Escritura, o vencimento antecipado será automaticamente declarado.

6.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário.

6.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, em uma única data, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu Saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.2 desta Escritura, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.17.1.1 desta Escritura.

JUCESP
19 12 14

6.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula VI vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 6.2 desta Escritura, no que diz respeito às Debêntures registradas na CETIP, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 6.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

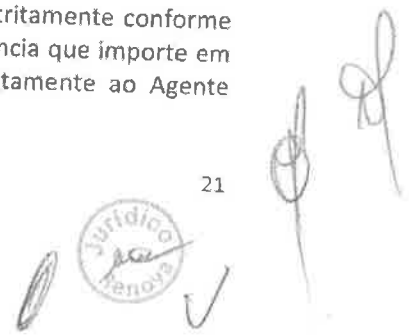
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, sendo que no caso das alíneas "a" a "c" abaixo, tais informações serão fornecidas por meio de disponibilização em sua página na Internet (www.renovaenergia.com.br) ou na página da CVM na Internet:
 - (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido ou 10 (dez) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) relatório demonstrando a apuração do ICSD, com base nas demonstrações financeiras auditadas, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração e demais informações necessárias para o acompanhamento do ICSD, conforme previsto na Cláusula 6.1, "o" desta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (b) após o término de cada trimestre, dentro do prazo legalmente estabelecido, disponibilizar por meio de seu *website* cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre (ITR);
 - (c) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido ou 10 (dez) dias úteis após a data de divulgação das demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, o que ocorrer primeiro, enviar a memória de cálculo e demais informações necessárias para o acompanhamento dos índices financeiros, conforme previsto na Cláusula 6.1, "o" desta Escritura;
 - (d) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser justificadamente solicitada pelo Agente Fiduciário;
 - (e) notificar o Agente Fiduciário até 01 (um) dia útil após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 6.1 desta Escritura; e
 - (f) em até 05 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar



JUCESP
19 12 14

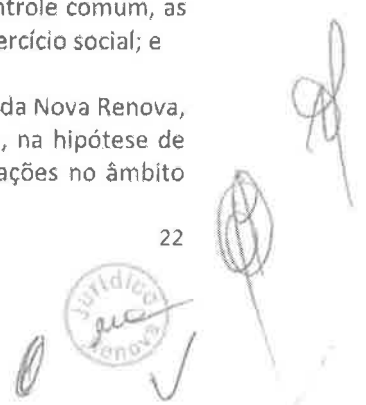
em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora.

- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, em até 02 (dois) dias úteis, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 01 (um) dia útil o Agente Fiduciário da Emissão, apenas na hipótese do fato relevante causar efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- (vii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (ix) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM e cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada;
- (x) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (xi) notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xii) utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.6 desta Escritura, e, caso haja qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário;



JUCESP
19 12 14

- (xiii) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças, alvarás, concessões, autorizações ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xiv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração no seu objeto social que possa gerar impacto substancial na natureza de seus negócios e afetar negativamente sua capacidade financeira e/ou o pontual cumprimento das obrigações assumidas na presente Escritura;
- (xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e Escriurador Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP), durante toda a vigência das Debêntures;
- (xviii) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xix) guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xx) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, ou indicar onde os documentos estão disponíveis para consulta, conforme previsto na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (xxi) alienar fiduciariamente em favor dos Debenturistas o fluxo de dividendos da Nova Renova, oriundos dos recursos provenientes da Salvador Eólica e da Bahia Eólica, na hipótese de liberação dos ônus e *negative pledge* atualmente existentes sobre tais ações no âmbito



das dívidas contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES referentes aos projetos do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011.

CLÁUSULA VIII
AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) que não atua como agente fiduciário em outra emissão da Emissora ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, conforme exigência do artigo 12, XVI, alínea "k" da Instrução CVM 28.

JUCESP
19 12 14

8.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 8.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

8.3.4. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

jurídico
que
tenha

JUCESP
19 12 14

- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o previsto na Cláusula 8.7.4 desta Escritura; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula IX abaixo;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas



[Handwritten signature]

JUCESP
19 12 14

informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do



[Handwritten signature]

JUCESP
19 12 14

relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.

- (xvi) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares das Debêntures de que o relatório de que trata o item (xiv) above se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) above;
- (xvii) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xx) disponibilizar, aos titulares das Debêntures, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

8.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos titulares das Debêntures;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (v) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.



Quarta
19 12 14

8.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5 "i" a "v" acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e observado o quórum estabelecido na Cláusula 6.1.2 desta Escritura, esta assim o autorizar.

8.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$12.000,00 (doze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5 (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

8.7.1. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado ou o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.4 desta Escritura, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

8.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

8.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 8.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

8.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

8.7.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

8.7.6. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (a) a assessoria aos Debenturistas; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (d) para a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao

28

Justiça
Receba

✓

29

DUCESP
19 12 14

Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

8.7.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

8.7.9. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

8.7.10. A remuneração descrita na Cláusula 8.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

8.7.11. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures, desde que razoáveis, deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos titulares das Debêntures. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

8.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, desde que razoáveis, tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

8.9. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 8.8 acima será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.



Handwritten signature and initials.

DUESP
19 12 14

CLÁUSULA IX
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

9.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

9.4.1. Para efeitos de quórum de assembleia da presente Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela ou coligadas da Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) e sociedades sob controle comum da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

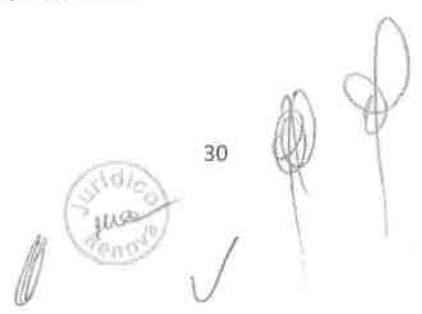
9.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

9.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, *quora*, e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

A circular stamp with the text "Fiduciário" and "Ass" is visible. To its right is a handwritten signature. Below the stamp is a checkmark. To the right of the signature is another handwritten mark.

JUCESP
19 12 14

CLÁUSULA X
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Oferta Restrita, a Emissão e a constituição das Garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora;
- (iii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, exceto por infrações que não afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, inclusive, mas não se limitando, aos contratos financeiros firmados pela Emissora, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por infrações que não afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da RCA Emissora e da Escritura na JUCESP e do registro das Debêntures na CETIP, e exceto por registros que não afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações;
- (vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;



JUCESP
19 12 14

- (viii) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora;
- (ix) está adimplente e cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que: (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta Restrita;
- (xii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, na data de integralização das Debêntures, livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;
- (xiii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) não foi citada até a presente data, acerca de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvi) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, às Debêntures ou aos Contratos de Garantia, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente

JUCESP
19 12 14

Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica; e

- (xvii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante. Para os fins deste Contrato, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade da Escritura, dos Contratos de Garantia ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento.

10.2. As declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura deverão ser válidas e subsistir até o cumprimento integral das obrigações previstas nesta Escritura, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura, nos termos da Cláusula 6.1 desta Escritura.

10.2.1. A Emissora, conforme o caso, compromete-se a notificar ao Agente Fiduciário, em até 01 (um) dia útil após a ciência pela Emissora, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou inexatas.

CLÁUSULA XI **DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

RENOVA ENERGIA S.A.

Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, Bairro Vila Gerturdes

CEP 04707-910 – São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro Villas Boas Pileggi

Tel.: + 55 (11) 3569-6746

Fax: + 55 (11) 3509-1113

e-mail: pedro.pileggi@renovaenergia.com.br

JUL 19 1994

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Bairro Itaim Bibi

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: + 55 (11) 2172-2628

Fax: + 55 (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br, tlima@planner.com.br e fiduciario@planner.com.br.

(iii) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

CEP 03084-010 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: + 55 (11) 2797-4441

Fax: + 55 (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: + 55 (11) 2797-4441

Fax: + 55 (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 – São Paulo, SP

Tel.: + 55 (11) 3111-1596

Fax: + 55 (11) 3115-1564

11.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.



JUCESP
19 12 14

11.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.3. A mudança do endereço da Emissora, bem como a mudança de qualquer outro endereço das demais Partes indicadas na Cláusula 11.1 (neste caso, desde que a Emissora seja informada previamente por tal Parte por escrito), deverá ser comunicada às demais Partes que não a Parte que teve seu endereço alterado.

11.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.5. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos Incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.6. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.7.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido



Handwritten signatures and a checkmark.

JUL 15 14
10 12 14

encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura ou nos Contratos de Garantia.

11.7.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares das Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

11.7.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos titulares das Debêntures, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares das Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares das Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares das Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares das Debêntures. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2014.

(RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.
SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURAS)

36

Justifico
Tenório

✓

8

JUL 2014
19 12 14

(Página de assinaturas Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A.)

RENOVA ENERGIA S.A.



Nome:

Cargo:

Pedro Vilas Boas Pileggi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Nome:

Cargo:

Alexandre Nogueira Machado
Procurador



37



10 12 14

(Página de assinaturas Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A.)

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: 
Cargo: Tatiana Lima
Procuradora

Nome: 
Cargo: Viviane Rodrigues
Diretora

10 12 14



JUCESP
19 12 14

(Página de assinaturas Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A.)

TESTEMUNHAS

1. 
Nome: Sandra Freire de Lima
RG: 19.558.265-2 SSP/SP
CPF: 140.583.258-44

2. 
Nome: Rosa Maria S. Milhardo
RG: 17.460.055-5 SSP/SP
CPF: 086.141.386-14



